Na ruína do corpo, a redenção do espírito: memória e trajetória de mulheres no cuidado de hansenianos no século XX

In the ruin of the body, the redemption of the spirit: memory and the trajectory of women in the care of people with Hansen's disease in the 20th century

Ariadne Marinho
Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil
Cuiabá, MT
ariadnemarinho87@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-4878-4460

Thiago Costa
Instituto Federal de Mato Grosso, Brasil
Cuiabá, MT
thiagocosta248@yahoo.com.br
https://orcid.org/0000-0002-2965-8418

Recebido em: 22 de março de 2026
Aceito em: 27 de julho de 2026

Resumo:

Em nosso trabalho, analisamos o percurso de duas mulheres nos cuidados de hansenianos no antigo asilo colônia de São Julião (Campo Grande/MS), na segunda metade do século XX. Baseamo-nos nos escritos de Lenilde Ramos, ativista/militante e trabalhadora do São Julião, e nos depoimentos da Irmã Silvia Vecellio, salesiana que se tornou responsável pelo local a partir da década de 1970. O repertório literário e mnemônico de Ramos, Vecellio, e ainda de outros/as, traz contornos mais nítidos aos personagens que viveram no antigo asilo colônia. Utilizamos assim a literatura como uma prática discursiva, vinculando linguagem, memória e história, com enfoque para a instituição total, a doença, as/os doentes e, claro, o protagonismo de mulheres como Lenilde Ramos e a irmã Silvia.

Palavras-chave: Lepra. Gênero. São Julião.

Abstract:

In our study, we examine the experiences of two women involved in the care of people with Hansen's disease at the former São Julião colony-asylum (Campo Grande, Mato Grosso do Sul) during the second half of the 20th century. We draw on the writings of Lenilde Ramos, an activist and worker at São Julião, and the testimonies of Sister Silvia Vecellio. The literary and mnemonic repertoire of Ramos, Vecellio, and others brings sharper contours to the characters who lived in the former leprosy colony. We thus use literature as a discursive practice, linking language, memory, and history, with a focus on the total institution, the disease, the patients, and, of course, the leading roles played by women such as Lenilde Ramos and Sister Silvia.

Keywords: Leprosy. Gender. São Julião.

Introdução

No começo da década de 1940, nos arredores do município de Campo Grande, estava sendo construído o hospital-colônia São Julião, onde as/os acometidas/os pela lepra/hanseníase que viviam da parte sul do então estado único de Mato Grosso, deviam ser internados/as. Pretendia-se erigir aí um espaço para o de tratamento da doença, atendendo ao que preconizava o Regulamento Sanitário[1] do período, bem como ao desenvolvimentismo próprio da Era Vargas.

No governo de Getúlio Vargas, o combate à lepra assumiu uma característica mais severa, disciplinada e sistematizada com relação ao que vinha antes. Intensifica-se e reforça-se o medo da população, que culmina em uma política mais austera de isolamento compulsório e de manutenção das/os doentes forçosamente asiladas/os em hospitais-colônias espalhados em diversas regiões do Brasil. Em Mato Grosso não foi diferente. A partir do ano de 1934, quando Gustavo Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde Pública, o MESP, formaram-se novos órgãos enquanto reestruturava-se os que já tinham sido criados, com novas hierarquias e mecanismos para normalizar e controlar a execução das atividades de saúde em todo o país. Nesse mesmo ano de 1934 criou-se o Departamento Nacional de Saúde (DNS), um sub-órgão do MESP, que em 1937 foi substituído pelo Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), e que então deu início às ações mais abrangentes contra as doenças endêmicas no Brasil (Cunha, 2005).

Deste modo, os hospitais e os leprosários no projeto varguista deveriam seguir preceitos higiênicos e práticas e técnicas científicas de sua época. Para a arquiteta Elizabeth Amorim de Castro, "Assim como a modernidade, o Leprosário não poderia estar somente em sua arquitetura, também não deveria ser entendida apenas pela sua relação com uma política higienista de urbanização" (Castro, 2005). Nesse sentido, a construção do hospital colônia na parte sul do então estado de Mato Grosso, iniciada no ano de 1937, a construção do espaço para o confinamento das/os doentes deveria assumir um caráter mais amplo, como uma instituição total[2].

[1]Diário Oficial da União (1923). Decreto de n. 16.300, de 31 de dezembro de 1923. Aprova o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, Brasil

[2]O sociólogo canadense Erving Goffman (1922-1982) define a instituição total enquanto "[...] um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada" (Goffman, 2015: 11). O escritor e pesquisador afirma que toda instituição tende ao

A proposta política de "Combate a Lepra" implementado pelo Ministro Capanema apresentava um caráter enérgico e coercitivo, sobretudo, após o decreto nº 1.473, de 8 de março de 1937. Com a decisão da construção do leprosário no perímetro rural de Campo Grande, a prefeitura do município, sob o governo de Eduardo Olímpio Machado, comprou as terras para construção do asilo-colônia através da Lei nº 1 de 16 de abril de 1937. Conforme Vilena, "De acordo com tal lei, o prefeito estava autorizado a gastar até 35.000 contos de reis na compra de 250 hectares de terras para instalação de uma Colônia de Leprosos no município de Campo Grande" (Vilena, 2018: 36).

Em 1937 iniciam-se as construções do que viria a ser o Sanatório São Julião. Localizada ao norte da rodovia BR 163, em conformidade com o decreto 16.300, de 31 de dezembro de 1923, em seu projeto arquitetônico e sanitário estavam previstos "ambulatórios, clínicas, farmácia, enfermaria, cemitério/necrotério, cozinha coletiva, refeitório, lavanderia, cadeia e habitações para internos e funcionários" (Brasil, 1923). O escritor e ex-interno do asilo, Lino Villachá, destaca em seus escritos a recepção da "boa propaganda" por partes das/os internas/os do leprosário de Cuiabá, o São João dos Lázaros, e assinala que a notícia da construção de um centro de tratamento moderno que possibilitara a cura de *Morbus Hansen* foi recebida com esperança.

> Estes contam das esperanças e alegrias que tiveram quando lá viviam, ao saberem que o Governo Federal iria mandar construir, em Campo Grande, um amplo leprosário, com muito conforto e assistência médica, onde eles, finalmente, encontrariam a cura com que sonhavam. Isso foi em 1936 ou 1937, mais ou menos, e não podiam saber, coitados, que só dez anos mais tarde é que, de fato, a provável cura surgiria com evento das sulfonas em São Julião... Entretanto, movidos por aquela enorme vontade de melhorar a saúde, ao saberem que já finalizava a construção do hospital, não suportaram tantas ansiedade, puseram-se a caminho de Cuiabá à Campo Grande, vindo a pé – pois, além de serem doentes de lepra, com estigmas visíveis, um grande obstáculo, portanto, era raro mesmo o tráfego de veículos naquele tempo na estrada de chão batido da antiga Cuiabá-Campo Grande, para que pudesse pegar carona. Entretanto, esse percurso é de 150 léguas! E eles o fizeram em três meses, andando. Estiveram acampados à beira do Córrego Bota,

"fechamento", mesmo nas mais divergentes instituições de nossa sociedade pode-se observar aquelas que são mais "fechadas" que outras. "Seu 'fechamento' ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo [...]: portas fechadas, paredes altas, arame farpado" (Goffman, 2015: 12).

> próximos ao leprosário (em construção, ainda quando chegaram). Ali morreram alguns, não suportando a viagem (Villachá, s/d: 140-141).

A inauguração do asilo-colônia São Julião aconteceu no dia 5 de agosto de 1941 e contou com a presença do próprio presidente Vargas (Rocha & Alfeu, s/d: 17).

> [...] já na década de quarenta, o complexo hospitalar estava pronto e sua inauguração, prevista para o início do mês de agosto. O presidente do país tropical, gaúcho trabalhista, vivia atropelado por demandas de governadores e, por conta disso, recebeu para uma longa audiência o interventor maranhense. Após a visita e os planos traçados, dias depois chega ao gabinete a carta de um médico, alertando o presidente que o dito interventor era morfético. [...]
>
> Nesse tempo o governo federal lançou também um conjunto de normas que deveriam reger o comportamento das pessoas em relação à lepra e outras doenças infectocontagiosas, sífilis, por exemplo. Para outras moléstias, até fechavam os olhos, mas para a lepra, o código era seguido à risca, porque antes mesmo de sua publicação, milênios atrás, a humanidade já havia estabelecido suas próprias leis (Ramos, 2011: 194).

O leprosário não era uma instituição simples ou que se fecha em si puramente, mas se desdobra em outra, igualmente fechada, perversa e estigmatizante, qual seja, o Preventório. O Preventório "Getúlio Vargas", aberto nos arredores do São Julião, abrigava as/os filhas/os das/os internas/os dessa instituição. No dicionário de língua portuguesa, preventório significa um "internato para crianças, filhos de leprosos, que são criadas separadas dos pais para evitar contágio" (Ramos, 2011: 24). Essa instituição estava ligada ao assistencialismo e a caridade pela ideia cristã de "abrigar crianças que são seres débeis [e] que precisam de cuidados e alguém que apresente um norte" (Ramos, 2011).

A infraestrutura do São Julião contava com poucos edifícios, quais sejam, "4 pavilhões, acima, 3 abaixo, clínica, 2 enfermarias, cadeia, 4 casas para casais, refeitório e cozinha à lenha, administração, portaria e parlatório" (Villachá, s/d: 142). A proposta de criação de uma minicidade de leprosos imputava também na criação de uma força coercitiva, isto é, implicava na reprodução dos atores e instâncias sociais bem delimitadas, quais sejam, a cadeia e agentes de segurança, como um estado paralelo

dentro do espaço do asilo, com leis próprias de regência do ambiente. Como é descrito pela Ramos:

> [...] Rodearam a calçada do salão e saíram pelos fundos, até passarem por uma casa de grades nas janelas. No caminho o moço ia explicando: 'Aqui é a cadeia. Se alguém tentar fugir ou pego bagunçando, o delegado traz para cá. Estes são pavilhões, até lá embaixo. Aqueles ali são os pavilhões das mulheres. Lá é o bolicho [sic] e ali é a cozinha' (Ramos, 2011: 134).

Conforme o filósofo Peter Pelbart, a disciplina pode ser entendida como um dispositivo que se dirige ao corpo (ao homem-corpo), e que rege os arquétipos da sociedade disciplinar, "enquanto indivíduos sujeitos a vigilância" (Pelbart, 2003: 58). E, portanto, gera a punição daqueles quando fogem do padrão da normalidade estabelecida para essa sociedade. A biopolítica está voltada aos indivíduos como uma massa global geral, controlada dentro dos processos de governamentalidade da vida, desde o nascimento até a morte e a produção, e, acima de tudo, à doença. Se fatos biológicos se tornaram prioridade para o poder político (Estado), entraram também na ordem do saber, sendo relativamente controlados através da *práxis* médica. A vida, quando começou a ser um direito dos sujeitos, o Estado torna-se responsável por geri-la, e seu limite punitório está na morte, de acordo com a lógica de "fazer viver" e "deixar morrer". Para Pelbart,

> Sempre a vida fez pressão sobre a história, sobretudo, através das epidemias e da fome, mas só quando essas foram relativamente controladas é que a vida começou a ser objeto de saber, e a espécie vivente, tomada como força que se pode modificar e repartir de maneira ótima, tornou-se objeto de intervenção. [...] **Se a irrupção da vida na história, por meio das epidemias e fome, pode ser chamada de biohistória**, agora trata-se de biopolítica – a vida e seus mecanismos entram nos cálculos explícitos do poder e saber, enquanto estes se tornam agentes de transformação da vida. A espécie torna-se a grande variável nas próprias estratégias políticas (Pelbart, 2003: 58; negritos nossos).

Ao logo de décadas de funcionamento, desde sua fundação até a extinção da Lei de Internamento Compulsório e a mudança do nome de Lepra para Hanseníase, em 1987, o asilo São Julião abrigou ou/e aprisionou inúmeras trajetórias, experiências e

resistências; narrativas, histórias cotidianas de doentes segregadas/os e isoladas/os do mundo externo, seja pela distância, pelos muros altos, seja pelo estigma que marcava a interrupção da continuidade de uma vida extramuros. É perceptível o abandono familiar e do Estado. Depois que Vargas deixou a presidência, e com a falta de subsídios, a instituição torna-se uma cidade fantasma, abandonada, um verdadeiro depositório de seres humanos que apodreciam em vida. Nesse cenário, abrolham nossas fontes, relatos que mesclam memória e história.

Sacerdotisas e sacerdote

Por se tratar de uma instituição pública, o São Julião recebia auxílio financeiro federal que durou apenas até 1945, quando passa a ser financiado e mantido pela iniciativa filantrópica de modo intermitente e errática. É aqui inserimos a irmã Sílvia, quando resolve viver e morar no asilo colônia São Julião, se identificando verdadeiramente com as/os acometidas/os. Após a chegada da irmã Silvia ao São Julião, outros padres e freiras da Itália – ao ouvirem histórias e vir as fotografias de um leprosário em ruínas que abrigava pacientes andrajosos em meio à floresta tropical – também decidiram partir para o interior brasileiro. Entre os religiosos italianos que chegavam, havia um padre que era arquiteto.

Don Franco Delpiano é uma personagem muito importante para a reconstrução do asilo-colônia São Julião. Além de projetar as construções, em conjunto com a irmã Silvia arrecadou doações que garantiram a grande reforma do sanatório (Ramos, 2011: 211). O padre Franco Delpiano nasceu em Canale d´Alba, na Itália, em 30 de abril de 1930. E sua designação enquanto sacerdote pela ordem salesiana ocorreu em 1958. Dez anos mais tarde, em 1968, graduou-se em arquitetura em Bollengo (Caniato, s/d; 21). A irmã Silvia afirmou que o salesiano "a respeitava muito, como uma igual. Conversávamos e sugerimos projetos juntos. Eu elaborei as 3 primeiras etapas e ele e os voluntários prontamente executaram" (Entrevista concedida aos autores em janeiro de 2020). A atitude de respeito, de tratamento "como uma igual" é, sem dúvida, singular para o membro de uma Instituição – a Igreja Católica – que foi pilar de nossa sociedade patriarcal, que fundamentou as práticas e os discursos que historicamente desqualificavam a mulher. Para Ramos,

> O padre arquiteto estava correndo com os projetos, quando, um dia, sentiu-se mal. Só podia ser estafa, esgotamento físico, calor, baixa umidade do ar, algum tempero diferente, porque, às vezes, os italianos eram convidados para almoçar ou jantar na casa dos amigos da cidade. Juntos, haviam formado uma associação para melhor administrar o projeto de renascimento da colônia. A freira mãe, preocupada, não quis ouvir desculpas e levou o amigo para fazer exames na cidade. O diagnóstico caiu como uma bomba: leucemia. Ninguém queria acreditar. Refizeram os exames em outros laboratórios e a verdade continuava ali diante deles, nua e crua. Os voluntários e os superiores do movimento foram os primeiros a ser ouvidos e resolveram que ele devia voltar à terra natal, imediatamente. O padre arquiteto pediu tempo para ser despedir e começou, de pavilhão em pavilhão, de quarto em quarto, de setor em setor, da portaria até o último centímetro daquela propriedade. Depois, foi despedir dos amigos da cidade, do colégio dos padres, das freiras e os da paróquia do velho alemão. O padre arquiteto voltou para a sua terra e começou um tratamento feroz, com tudo o que a medicina dispunha naquele momento. Porém, apesar da força com que estava lutando, a doença tinha chegado de uma vez, com tudo e o organismo dele estava perdendo a batalha. De lá, as notícias chegavam todo dia e, da colônia, saíam cartões e cartas dos amigos e dos doentes. Chegou um momento em que não dava mais conta de responder a cada um e começou a escrever cartas coletivas. Era como se estivesse falando no parlatório (Ramos, 2011: 182).

Ao ser diagnosticado com leucemia aguda, padre Franco retornou para a Itália. Mas quando pressentiu que sua vida vacilava, insistiu aos médicos, familiares e superiores da ordem, que deixassem retornar ao Brasil para concluir a reconstrução do hospital São Julião. Aos rumores de que o Don Delpiano retornaria, afirma Ramos, "ninguém se aguentava de contentamento. A notícia espalhou-se, e, naquela tarde, todo mundo estava na missa, até os amigos da cidade (Ramos, 2011: 183). Segundo Ramos e Caniato, essa visita durou dois meses. A Irmã Silvia se desdobrava em cuidados para com o amigo e para com a obra do hospital. Logo que percebeu que a saúde do padre se esvaía, exigiu que retornasse ao país italiano para dar continuidade ao tratamento médico. Don Delpiano deixa o Brasil em 25 de março de 1972, acompanhado da amiga, a irmã Silvia. Conforme Ramos, "A sua despedida foi ainda mais sentida que a anterior, porque, agora, os amigos que o abraçavam não queriam acreditar, porém, sabiam que ele não ia mais voltar" (Ramos, 2011: 183). No dia 29 de maio de 1972, Don Franco Delpiano falece em Turim, sob os cuidados dos familiares e da irmã Silvia.

Em 1964, a irmã Silvia Vecellio e a irmã Maria Ponti eram responsáveis pela missão salesiana de catequisar as crianças e os adolescentes que moravam no "Preventório Getúlio Vargas", em Campo Grande. As irmãs Silvia e Maria, compadecida pelas perguntas das crianças que queriam notícias de suas mães e pais que eram internas/os no sanatório São Julião, decidem visitar o local. Ao encontrá-lo, nunca mais conseguiriam sair dali. Naquele período, e sem o conhecimento das superioras ou de outras irmãs, iam escondido ao leprosário com alimentos e vestuários. Assim, tentavam promover um mínimo de assistência para as/os doentes.

Em 1979, as superioras salesianas autorizaram que algumas irmãs pudessem viver no São Julião, formando uma pequena comunidade intramuros na instituição. Entre elas, a irmã Maria Ponti, Irmã Helena, Irmã Maria, Irmã Nives, Irmã Flávia e Irmã Luisa Cattaneo. No ano de 1987, três irmãs colombianas somaram força no cuidado da enfermaria do hospital: irmã Martina (que em 2020 ainda residia no São Julião), Irmã Maida e a Irmã Aracieli Fonseca. Essas mulheres militaram em um período em que ser leprosa/o estava ligada ao estigma de impureza, fizeram de um antigo hospital colônia sua morada, trabalharam e compartilharam experiências em espaços de resistência e força para promover conforto aquelas/es que tiveram suas histórias interrompidas na política de extermínio de corpos indesejáveis.

A escritora Lenilde Ramos

Lenilde Ramos é literária, memorialista e musicista. Em 2011, pela editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), publicou *História Sem Nome. Lembrança de uma menina quase gêmea*. Nessa obra, a autora descreve suas duras vivências com leveza e destreza, mesclando ficção e realidade. A narrativa é uma amálgama das diversas emoções experimentadas, e uma forma de homenagem à todas/os suas personagens sem nome que são apresentadas ao longo do trabalho. A principal delas, sem dúvida, é aquela que chama de "freira-mãe". Com singelas palavras, Ramos faz o esquadrinhamento de sua memória de infância, juventude e da fase adulta, deixando um registro histórico da perplexidade, da resistência e de todo o abandono que permearam sua vida pelos anos que passou no antigo sanatório São Julião, além de destacar a força e a resistência da "freira italiana".

Nascida em 21 de junho de 1952, no município de Campo Grande, Lenilde Ramos é filha de um casal cujas brigas eram constantes. Logo veio a separação e, em seguida, o suicídio da mãe. Dias antes, o pai – já bastante idoso e severo – internou as duas filhas, Lenilde, de 7 anos, e Lenilse, de 5 anos, no colégio Nossa Senhora Auxiliadora. A data da morte da mãe é recordada por Ramos junto com outro acontecimento importante em sua trajetória: durante a tarde, o suicídio; e pela noite, a chegada da irmã Sílvia na escola salesiana. A religiosa, recentemente chegada ao Brasil, foi designada para cuidar das alunas mais novas matriculadas na unidade, as "irmãs quase gêmeas", ou seja, Lenilde e Lenilse.

Em sua a obra, Ramos retrata a irmã Sílvia como uma mulher inicialmente muito severa. Não sabia cuidar de crianças, nem pentear "cabelos de molinhas". As pequenas irmãs chamavam-na em segredo de a "Freira Altona". Como a irmã não falava português, ao perder a paciência soltava "belos palavrões [em] italiano". No decorrer dos anos, o trabalho árduo tornou-se afeto e a "Freira Altona" logo converteu-se em a "Freira Mãe". No ano de 1967, as duas jovens irmãs tornam-se "comparsa[s] da rebeldia da freira mãe" (Ramos, 2011: 124) e gradativamente deixam as visitas dominicais à casa paterna para acompanhar a religiosa nas catequeses e visitas ao "Preventório Getúlio Varga", instituição de educação infantil responsável pela tutelava das/os filhas/os das/os internas/os do sanatório São Julião. Conforme Ramos, "Naquele orfanato havia crianças de todo tamanho, desde bebezinho até meninas e meninos quase moço [*sic*]". Certo dia, "Depois da missa, a freira mãe reuniu uma turma para o catecismo e colocou a fiel escudeira para ensinar música para as crianças" (Ramos, 2011: 113). Em suas palavras,

> Uma vez, chegou ao colégio mais uma missionária italiana, que logo ficou amiga da freira mãe. Começaram a sair juntas e a exploração ganhou mais uma aliada para sempre. Foi na periferia que a freira mãe encontrou um casebre de uma família, onde quase todos tinham cabelos amarelos. A maioria deles tinha feridas nas orelhas, manchas enormes na pele, caroços e mais feridas nos cotovelos. Alguns já estavam com as mãos retorcidas e os dedos enrijecidos. O pé direito de um dos rapazinhos parecia solto e não obedecia aos movimentos. As feridas tinham cheiro forte. As amigas italianas começaram a voltar com roupas e remédios e, cada vez ouviam um pedaço da história deles. E a menina junto. No orfanato, as crianças e os jovenzinhos também começaram a contar suas histórias. Diziam que os pais estavam vivos e moravam, depois do fim da cidade, num lugar onde não podiam ir.

> Eram órfãos de pais vivos. Os mais velhos também diziam que tinham sido apartados logo depois de nascer e que iam viver naquele orfanato até se casarem. Alguns tinham fotos dos pais, que mostravam pessoas com os mesmos sinais da família de cabelo amarelo. Era sempre a mesma doença. No caminho de volta, as duas amigas conversaram bastante e planejaram procurar o lugar onde estavam os pais daquelas crianças. Não comentavam nada com ninguém, porque tinham medo que suas superioras as proibissem. As crianças não sabiam explicar direito, mas a família de cabelo amarelo sabia bem, e com a ajuda deles, descobriram como se chegava lá. Não ia ser fácil (Ramos, 2011: 114).

Lenilde Ramos só conheceu de fato o asilo colônia São Julião em 1970, após terminar os estudos no Colégio Maria Auxiliadora, em que cursava magistério, teatro e inglês. Assim que a irmã Sílvia e outras/os voluntárias/os se mudaram para o São Julião, com o intuito de reconstruir o espaço, Ramos tornou-se novamente a fiel escudeira da sua querida "freira mãe". Foi secretária e professora da escola edificada ali para as/os pacientes e as/os filhas/os das/os funcionárias/os, além de ser a "tocadora de sanfona, nas festas que ajudava o velho pantaneiro organizar" (Ramos, 2011: 146). Abaixo temos a descrição de seu primeiro encontro com os corpos em ruínas no interior do leprosário, e a sua vivência no mais temido de todos os pavilhões, o pavilhão 27, onde encontravam-se as/os doentes mais acometidas/os ou em situação mais grave. Em seu parecer, era uma antecâmara da morte para as/os enfermos/as. Pois,

> Cada cama era um território e cada ocupante guardava suas coisas como podia ou conseguia. Havia cordas estendidas, com quilos de panos empilhados, urinóis ao lado de chaleiras e canecas embaixo da cama, criados-mudos altos com rádios, santos, flores, fotografias ou o que fosse. Desde a morte da mãe, a menina não se assustava mais com nada e buscava coisas inusitadas para preencher sua vida. Mas, naquele momento, sentiu franqueza. Mesmo assim, vestiu a sanfona e buscou em seu repertório coisas que imaginava que aquelas pessoas pudessem gostar. E começou a tocar. Com os primeiros acordes, alguns doentes se sentaram e esboçaram palmas com as mãos em garra. Outros ensaiaram sorrisos desdentados e tortos. Alguns olhavam com olhos flácidos e desconexos. Uns só jaziam nos leitos imundos ouvindo, imóveis, aquela invasão de sons. A menina circulava entre eles e tocava. Certa hora sentou na ponta de uma daquelas camas, para dizer que não tinha medo, de onde um par de olhos acompanhava tudo e chamava a

> atenção, porque era um velho com uma toalha na cabeça, feito nômade do deserto. A música agora era de uma valsa rancheira, bem conhecida, que se tocava nas serenatas. O velho não só reconheceu, como se atrapalhou todo e, no meio do vacilo deixou cair a toalha. A menina levou um choque, porque não viu nariz. Só um buraco fundo e ensanguentado, no meio do rosto dele. O velho pegou de volta a toalha, o mais rápido que pôde e se cobriu de novo. A música chegou ao fim, a moça levantou-se e continuou tocando, até se despedir daquelas figuras e voltar ao salão (Ramos, 2011: 135-36).

O cotidiano nessa instituição e nos arredores era envolto de tensão, conflitos, medo e correlações de forças. Força e medo eram palavras de ordens antes da reconstrução do antigo asilo-colônia e de uma rotina mais próxima, como se isto fosse possível, das diversas realidades vividas pelas/os internas/os, antes de serem aprisionadas/os. Realidades fragmentadas, esfaceladas ou desfiguradas pela doença. Doença que provocava insurreições em muitas/os acometidas/os, que não aceitavam nem a condição enferma, tampouco o leprosário.

Ramos rememora em sua narrativa um espaço singular dentro do São Julião, em que associa com imagens de guerreiros de desenho infantil. Em suas palavras,

> Do lado esquerdo, crescia um ajuntamento de casebres, uma espécie de quilombo, formado por doentes que não queriam se submeter às leis da colônia e prezavam sua liberdade a qualquer preço. A menina, que adorava histórias de gauleses impertinentes e sua poção mágica, ligou aquelas figuras a uma tribo de guerreiros, com suas choupanas, carroças, mulheres, crianças e armas. Neste caso, o caldeirão da poção mágica era o boteco que ficava na entrada da aldeia (Ramos, 2011: 141).

Assim, Ramos organizou uma autobiografia em que elaborou quadros de sua infância e juventude, que se misturam com a história de São Julião e da vida da irmã Silvia, a "Freira Mãe", no Brasil. Abordou, com muita sensibilidade e respeito, as personagens, a doença e o estigma, em uma narrativa fluída e singular. A história do hospital São Julião é *sui generis*: o que no passado foi uma colônia para leprosas/os transformou-se em hospital de acolhimento pela força algumas mulheres.

Irmã Silvia, a freira mãe

Silvia Vecellio nasceu em Auronzo di Cadore, no vilarejo de Belluno, entre as montanhas dos alpes italianos, no dia 19 de agosto de 1931. Desportista na juventude, andava de bicicleta, nadava, escalava montanhas e esquiava em sua terra natal. Por não querer casar-se e submeter-se as privações que o casamento impunha à época, contra a vontade de seus pais decide entrar no noviciado do conservatório "Casanova das Irmãs de Maria Auxiliadora", da ordem salesiana. Foi em 1955, então com vinte e quatro anos de idade. Termina sua formação religiosa em 1958, em Turim. Ainda no convento manifesta à sua superiora o desejo de ser missionária na África, no entanto, a responsável pela Instituição à destina ao Brasil como professora primária e secundarista. A irmã Silvia Vecellio se alegra com talvez ter a possibilidade de conhecer a floresta amazônica e seus povos originários, talvez mesmo participar da operação "Sol Nascente" que as/os salesianas/os realizavam no Xingu, na região norte mato-grossense. Mas os desejos de "grande feito caíram por terra" quando a passagem da missão foi lhe entregue: sua vinda ao Brasil era para ensinar Ciências no Colégio Nossa Senhora Maria Auxiliadora, de Campo Grande, em 1959.

Em janeiro de 2020 tivemos a oportunidade de ouvi-la contar a sua autobiografia. Sua narrativa engradece e potencializa a vida de uma senhora de 91 anos na ocasião. Alta e altiva, forte, lúcida, com a voz baixa e segura, sempre vestida de branco. Mesmo com a idade avançada, dirige seu próprio veículo. Naquele ano, poucos meses antes da pandemia de COVID-19 e a necessidade do isolamento, a irmã Silvia ainda administrava o belíssimo Hospital-Fazenda São Julião (uns dos mais belos do país), com a assistência do senhor Amilton Alvarenga.

Durante a entrevista, a irmã Silvia mantinha o olhar atento por detrás das lentes semi-escuras dos óculos de grau, com uma voz baixa e regular que deixava escapar o sotaque italiano. Em suas palavras,

> Conhecer o São Julião foi um privilégio, foi um lugar que deu sentido a minha vida. Eu era professora no [Colégio Nossa Senhora] Auxiliadora por uns 10 ou 11 anos, e não via sentido. Porque lá era só meninas de classe rica ou média rica. E o objetivo nosso era encontrar pessoas que necessitassem de cuidados. Então, ter encontrando o São Julião foi um grande presente para mim. Porque deu um grande sentido a minha vida. Longe, distante, no meio

> do nada e em ruínas, começamos do nada a reforma e a atender os pacientes. Acabou de sair daqui uma menina que disse que será técnica de enfermagem. Eu disse a ela: "Faça medicina. Olha que técnica em enfermagem é aquela pessoa que tira os vermes das gargantas dos pacientes". Porque normalmente os pacientes dormem com a boca aberta e a varejeira, a mosca azulzinha ou verde, coloca os ovos na garganta dos pacientes enquanto dormem. Então, quando acordam, eles estão sufocando com os verminhos [sic] que parecem grãos de arroz. Então, precisa tirar. Mas agora têm desses pacientes não [sic]. Mas tem outros martírios, não é fácil. E ela me respondeu: "É isso que eu quero fazer para viver" (Vecellio, entrevista concedida em 2020).

Segundo os relatos de Lenilde Ramos, em 1968, inspirada pelos ensinamentos de luta e de reivindicação a favor de direitos humanos do líder estadunidense Martin Luther King, a irmã Silvia tentou implementar inovações na escola Nossa Senhora Maria Auxiliadora, com uma educação a partir do cinema, ao "colocar as alunas em contato com imagens de cineastas italianos, suecos, franceses e brasileiros" (Ramos, 2011: 121). Mas é fora dos muros do colégio que a religioso dá início ao trabalho de uma vida, vale dizer, aos auxílios no temido e famigerado "sanatório São Julião". A cada visita realizada, irmã Silvia e suas companheiras recebiam os olhares de reprovações dos pares na vida sacra e de suas superioras. Irmã Silvia, no entanto, seguia à risca seu objetivo de promover o bem-estar aos menos afortunados, utilizado sempre que podia uma famosa frase de Martin Luther King, "Quem aceita o mal sem protestar, coopera com ele", como escudo de defesa por seus atos então considerados "rebeldes" (Ramos, 2011: 121). Aos poucos, a irmã Silvia não só reivindicava o direito de poder promover serviço de assistencialismo para as/os internas/os do leprosário, como arquitetava a reconstrução de prédios – e das vidas – em ruínas. Suas palavras descrevem o cotidiano dos moradores do asilo-colônia**.**

> Aqui antes tinha 8 casas da colônia chamadas "casinhas pequenas". Em uma casinha morava o seu Júlio e dona Maria, e ele não tinha mais dedos nas mãos; as unhas tinham ficado intactas, porém eram quase inexistentes os dedos. Isso era provocado pela doença, que anestesiava as mãos e os pés. Aí eles se machucavam e não sentiam. Eles viviam limpando ou cortando lenha, às vezes se machucavam. O organismo absorvia todos os ossos e eles não tinham mais sensibilidades (naquelas áreas) e as unhas ficavam no alto da

> palma com os ossos dos dedos absorvidos quase que todo (Vecellio, entrevista concedida em 2020).

A religiosa também abordou as primeiras relações que manteve com os internos do hospital:

> A primeira vez que eu encontrei com ele e a mulher dele [seu Júlio e dona Maria], eu estava com outra irmã, a Maria Ponti. Ele falou assim: "Que bom que vocês vieram", era um domingo à tarde, "eu vou mandar fazer um cafezinho". Ele pegou uma lata bem velha que tinha lá, colocou dentro aquela, aquela, aquela água [sic], depois colocou o pó e o açúcar, só um pouquinho; depois pegou dois copos e colocou o café dentro. Era um café que não era coado quase. Eu nunca mais consegui tomar café em um copo. Porque a gente não podia não tomar. Eu acho que a reação foi tão forte que eu não consigo mais tomar café num copo. Tenho sempre a impressão de seu Júlio estar me oferecendo um café e eu não poder negar, porque seria coisa grave [risos]. Essa era a primeira casa (Vecellio, entrevista concedida em janeiro de 2020).

Durante a entrevista, a irmã Silvia menciona os moradores das outras casas que existiram no asilo-colônia. Muitas ainda permanecem por ali, como herança e lembrança, no São Julião atual.

> A segunda casa era de uma senhora que não tinha pernas. A mulher do seu Júlio lavava roupas para os outros também. Esta outra senhora passava à ferro, assim, com brasa. Então paramos lá para conversar com ela, pela janela do lado de fora. Mas a gente sentia um cheiro de queimado, cheiro forte. De repente, vimos que ela estava com a mão em cima do ferro de passar e a outras [partes do corpo] sempre encostavam na parte quente do ferro de passar. Ou seja, sempre queimavam as duas mãos dela. O forte cheiro de queimado era das mãos delas, porque ela não tinha sensibilidade da mão ao cotovelo. Era a primeira coisa que eles perdiam: a sensibilidade. Por causa que a hanseníase afeta nossos nervos, aqui (ulnar e radial), produzindo atrofia, deixando a mão em forma de garra. Hoje, se a mão fica em garra, cortam o nervo e fazem um procedimento cirúrgico para reverter a lesão. [...] Tem um livro que conta a história de cada um, um pouquinho dos pacientes (Vecellio, entrevista concedida em janeiro de 2020).

Nas descrições da salesiana, os internos do São Julião emergem como figuras atuantes, embora marcadas pelo peso do estigma e da corrosão da doença. As casas serviam de morada aos casais, que emulavam um cotidiano sadio, mas que não estavam imunes às violências de uma existência plena de limitações. Como o caso de seu Júlio e dona Maria. A menção aos serviços de lavadeira de dona Maria é bastante sugestiva e reveladora. A doença, em realidade o motivo de estarem todos reunidos naquele ambiente, não era senão um enorme detalhe no cotidiano dessas pessoas, que elaboravam cotidianamente expedientes para a sua própria manutenção dentro daquele lugar.

De acordo com Ramos, entre os anos de 1968 a 1970 a irmã Silvia sofreu fortes repreensões por conta do medo, do preconceito e do estigma que o desconhecimento da doença promovia em outras freiras salesianas. Houve, conforme Ramos, uma comoção na escola e entre suas superioras e colegas de sacristia, que a segregava de quase todos os espaços do colégio. Muitas vezes precisou desobedecer a hierarquia de sua ordem sacerdotal. Sentindo o "peso" do preconceito sob seus próprios ombros, "algumas meninas não chegavam perto dela e no colégio comentava-se que até outras freiras tinham medo de sentar-se ao seu lado no refeitório ou ajoelhar-se perto dela na igreja" (Ramos, 2011: 124). Para Ramos,

> Quando as superioras descobriram que as duas italianas estavam indo num leprosário, foi um escândalo dos grandes. E isso acontecia há mais de um ano. Tentaram proibir, mas a freira mãe lutou com todas as forças, porque sua vida já estava ligada àquele lugar tenebroso (Ramos, 2011: 123).

No final do ano de 1969, a irmã Silvia conhece um grupo de italianos expedicionários que retornava de cidade do norte do estado mato-grossense, e que se abrigou no colégio onde lecionava, em Campo Grande (atual Mato Grosso do Sul). Foi aí que começou a traçar um projeto de ajuda internacional ao sanatório São Julião. Assim, junto com o grupo de italianos, irmã Sílvia regressa à Itália, em 1970, depois de permanecer 11 anos no Brasil. No dia "19 de março de 1970, é recebida em Roma pela Superiora Geral das irmãs Salesianas" pedindo então "para poder trabalhar dentro do Sanatório", já que suas superioras imediatas no Brasil (do Colégio Nossa Senhora Maria Auxiliadora) não autorizavam. A Superiora das Irmãs Salesianas e Inspetora da Congregação, Madre Palmira Ghisoni, respondeu: "'Hoje, lhe digo que não', ao que

Irmã Silvia responde ‘Talvez então amanhã a senhora diga que sim’” (Caniato, s/d: 24). Mesmo com a negativa, não se deu por vencida.

Segundo Caniato, depois de quase dez dias de reunião, encontros e pedidos, finalmente teve o aceito por escrito de Roma para trabalhar temporariamente no hospital brasileiro. Logo, a irmã Silvia desdobrou-se para conseguir “ajuda para tirar aquele lugar dos escombros em que se encontravam. Naquele momento, estava na maior expectativa com a chegada da primeira turma de voluntários italianos para trabalhar com ela” (Ramos, 2011: 130). Conforme Ramos,

> Esse era o primeiro grande passo em direção ao sonho de sua vida e, tinha certeza, que foi para isso que um dia desceu as montanhas douradas, desmontando todo o plano que estava traçado para ela desenhando outro, totalmente diferente. Não era nenhum país africano ou tribo de índios. Era muito mais. Era a pior doença do mundo, confinada em um lugar que havia se tornado o pior do mundo, sem exagero nenhum (Ramos, 2011: 131).

A irmã Sílvia se apega a religião no esforço de melhorar o mundo de alguma forma (e na fé de garantir seu lugar no céu), pois seu espírito inquieto não poderia sobreviver enclausurado em uma vida matrimonial na Itália. Sua potência de vida estava ligada ao projeto de promover o bem-estar para as/os enfermas/os aprisionadas/os, situadas/os entre o abandono e as ruínas e, deste modo, agradar ao Criador pela assistência à Sua criação. Nesse sentido, utilizamos os apontamentos de Sara Ahmed, que compreende a sobrevivência como a busca por motivos que impulsionem ou potencializem a vida através de projetos. De acordo com Ahmed,

> A sobrevivência também pode ser o desejo de continuar projetos que ainda não foram concluídos. Será necessário que você esteja disposta a se agarrar quando lhe pedirem para desistir: para desistir de algo. A sobrevivência, portanto, pode ser o que fazemos por outras pessoas, com outras pessoas. Precisamos que o outro resista: precisamos fazer parte da sobrevivência do outro (Ahmed, 2018: 319; tradução nossa).

Ainda que fazendo parte de uma ordem religiosa, a Salesiana, instituição que normatizou a condição da mulher como submissa e débil, a pecadora original, a irmã Silvia demonstrou em suas ações um esforço para quebrar os tabus. A segregação do

doente com relação a sociedade de sadios se acentuava com a prática do isolamento das/os filhas/os das/os enfermas/os com relação as mães e os pais internos na instituição. A freira buscava incentivar e fomentar a dignidade, o respeito e um tratamento adequado as/aos portadoras/es do mal de hansen. Não sendo um exercício simples, demandava inúmeros braços e pernas, que de fato foram as/os responsáveis pela reconstrução do São Julião e, assim, também daqueles que sobreviveram: à doença, à violência, ao preconceito. Essa mulher, a "freira-mãe" de Lenilde Ramos, ou apenas "irmã Silvia", empregou o aparato da religiosidade com tenacidade e obstinação, para garantir cuidado, a sobrevivência, e a esperança, a despeito da própria instituição católica – que, como vimos, no Brasil era contra o seu empreendimento de acolhida. Parafraseando Sara Ahmed, "precisamos de apoio para fazermos parte da sobrevivência umas/uns das/os outras/os" (Ahmed, 2018: 319). Ou seja, a palavra de ordem da irmã Sílvia era o coletivo, as/os voluntárias/os que arrecadaram dinheiros, insumos e somaram forças no auxílio as/os enfermas/os.

Lino Villachá, poeta e interno do São Julião, dedica alguns poemas para a irmã Silvia. Em "Canção da sincera amizade", assinado em 6 de setembro de 1975, aborda o tempo da reforma do hospital. Neste poema, Villachá faz alusão a si mesmo enquanto parte da composição pictórica da natureza dos Alpes Italianos, rememorando um passado saudoso da ex-alpinista. Por fim, a descrição da noite no São Julião homenageia a "freira italiana", que fez seu lar na antiga colônia de leprosos.

Não olhe
só para meu tronco retorcido.
Levante os olhos:
Lá em cima tem flores.
Desculpe:
Há muitas montanhas.
e eu tenho que ser torto
para ser caminho.
E por fim sempre,
existe um vale...
(...)
Vamos,
apague as luzes
De sua varanda.

> Assim verá melhor
> a ciranda das estrelas (Villachá, s/d: 16).

Sem dúvidas, no entanto, nos primeiros meses de estadia no hospital colônia, como afirma Ramos, a irmã Sílvia enfrentou diversos embates, frequentemente com alguns pacientes e internos. Lenilde Ramos narra uns dos mais impressionantes episódios que vivenciou na época, vale dizer, na primeira metade da década de 1970. Em suas palavras,

> A vila dos três tombos era uma terra sem lei. Ali reinou um personagem lendário, que entrava a cavalo pela colônia, sempre de facão na cinta e, dependendo do tempo, coberto com uma capa. Todo mundo tinha medo dele e ninguém o enfrentava. Sua feiura se completava com o olhar sinistro, o nariz amassado no meio, as mãos inchadas e o chapéu sujo com abas rasgadas. Uma vez, entrou galopando portaria abaixo, de espingarda em punho, como personagem de faroeste, e parou na porta do escritório da freira mãe. Quem estava por ali jurou que ia ver sangue. Ela saiu olhando para ele, sem baixar a guarda e, na maior sutileza, nem o deixou falar. E o que ouviu deixou-o espumando, sem esboçar reação. Depois de um tempo, chicoteou o cavalo e saiu chispando fogo. Esse homem tinha um filho de criação, um moleque, que a moça já ia dizer que era bonito. Também pudera, se até o cavaleiro sinistro da vila de três tombos ela havia achado bonito, com sua cara torta, roupas fedorentas e o rei na barriga. Mesmo com toda brabeza que tinha, ele sabia muito bem que precisava de socorro e esse socorro estava na mão daquela italiana braba que nem ele (Ramos, 2011: 177).

As descrições do ambiente e das pessoas pintam uma imagem distante do estupor e da desesperança silenciosa que o senso-comum imagina dentro de um leprosário. No amplo território ocupado pelo São Julião, de feições selváticas e rurais, havia um trecho "sem lei", em que reinava um "personagem lendário", que cruzava a colônia montado a cavalo, com o "olhar sinistro" e grande "feiura", saído das profundezas sombrias da "vila dos três tombos" (Ramos, 2011: 177). Embora pareça uma caricatura, não existem dúvidas de que a "freira italiana" teve que demostrar coragem e bravura inúmeras vezes para realizar seu intento de reconstrução e administração da velha colônia. Ainda de acordo com Ramos, em certa ocasião, quando a irmã Sílvia voltava em seu "fusca verde" da região metropolitana de Campo Grande seguindo na direção da instituição, o

filho de criação do "cavalheiro de faroeste" da Vila dos Três Tombos alertou, na estrada, para que voltasse "para trás, que meu pai está lá na portaria, esperando a senhora com a espingarda" (Ramos, 2011: 178). Ainda conforme Ramos,

> Naquele dia a freira voltou, porém, aos poucos, o cavaleiro sinistro foi sendo domado pela doença e a freira mãe o acolheu no hospital, com todo carinho. Ninguém acreditava. Ele deixou o cavalo, acabou se desfazendo de suas coisas e internou-se de vez. Só não deixou de usar o chapéu de palha de pantaneiro, meio esgarçado nas beiradas e que acompanhou até a morte. A freira mãe chorou muito quando isso aconteceu (Ramos, 2011: 178).

Para Sara Ahmed, a mulher se posiciona em um cosmo de hostilidade e violência que é regido pelo patriarcado. Por isso, devemos dispor de um "kit de sobrevivência feminista" (Ahmed, 2018). Não que a irmã Sílvia seja ou tenha sido naquela época uma feminista, mas foi sim uma mulher corajosa e determinada, cuja potência levou a ir contra: o casamento, ainda na juventude italiana, e, anos mais tarde, já freira, a lutar contra a própria instituição eclesiástica para então poder administrar os cuidados necessários aquelas/es que realmente precisavam no hospital colônia brasileiro. Tal como prega o evangelho.

Sara Ahmed problematiza a questão da resiliência – o ato servil e de submissão – "naturalizada" como qualidade para o ser mulher (abnegada, dedicada, que a tudo suporta por e na família) em nossa sociedade neoliberal e patriarcal. A autora assinala que a experiência mais importante para uma feminista é a empatia, aquilo que nos provoca, que nos afeta. E que "talvez seja necessário que continuemos capazes de suportar a pressão que se exerce sobre nós quando nos recusamos a suportar mais, quando nos recusamos a tolerar um mundo" (Ahmed, 2018: 321). Na obra de *The promise of happiness* (2010), Ahmed questiona o modelo de felicidade perpetrado para as mulheres, dentro de uma ótica balizada pelo modelo neoliberal e patriarcal. Ora, a "própria promessa de que a felicidade é o que se ganha por ter as companhias certas pode ser o que nos leva a buscar certas coisas" (Ahmed, 2010: 8).

A irmã Sílvia não se priva de momentos de felicidades, mesmo aqueles que são incomuns para uma sacerdotisa. Como demonstra os relatos de Ramos, que aborda uma pequena alegria para a "freira italiana". De acordo com Ramos, a irmã Sílva

> Uma vez foi à cidade maravilhosa e a praia ficava no meio do caminho, entre o colégio, onde se hospedava e o que tinha de fazer. No último dia, deu vontade de conhecer de perto o mar tropical. Comprou um maiô, vestiu-o por baixo do hábito, pegou o táxi e falou ao motorista: "Não se assuste, porque vou trocar de roupa". Desceu com o hábito na sacola e pisou na areia quente. Entrou um pouquinho na água, pegou umas ondinhas e sentou-se para saborear a paisagem. Mesmo com tanto turista, estava chamando muito a atenção, porque era a branca mais branca e começou a ficar incomodada. Não era nem o olhar crítico das pessoas, mas o próprio, mais implacável que o de todo mundo. Então, levantou-se pegou outro táxi, falou a mesma coisa para o motorista, vestiu o hábito de novo e chegou ao colégio, tendo que explicar porque tinha uma roda enorme de molhado na parte de trás. Essa era a moça rebelde das montanhas, amiga de desvalidos e de poderosos (Ramos, 2011: 192).

A salesiana realizou suas aspirações. Seguiu um caminho difícil, com força e coragem. Em concomitância com Sara Ahmed, o que faz uma pessoa feliz é a busca de seus valores, o que redunda em exigências do dia-a-dia e em missões pessoais, o que dá a mulher um caráter de algo único e irrepetível, ou seja, de luta e conquista.

De ser abjeto à mulher redentora: conclusão

A irmã Sílvia torna-se a protetora do asilo colônia São Julião e, assim, elaborada passo a passo a reforma e a reconstrução da instituição. Diante da situação de inação, de aniquilamento e esquecimento de vidas, a irmã Silvia projeta-se como uma voz forte e triste. Seus primeiros contatos com a instituição deram-se por meio de visitas ao final da década de 1960, cujo intuito era apenas assistencialista e religioso. Porém, a condição em que as/os pacientes do São Julião se encontravam produziu nela uma ideia de pertencimento, uma força e um anseio para tentar reverter tal estado. A partir disso, iniciou uma militância, teceu redes de solidariedade e cuidados que até então tinham sido negados as/aos internas/os do asilo colônia mato-grossense.

Podemos ter como suporte teórico a análise da Gayatri C. Spivak, em sua obra "Pode o subalterno falar?" (2010 [1985]), em que a mesma responde que não. A fundamentação dessa averiguação epistêmica é descrita por Spivak pela existência de inúmeras correlações de forças que impedem a/o subalterna/o de ser ouvidas/os. No

nosso caso, as/os subalternas/os são as/os leprosas/os que viviam no São Julião, segregadas/os da sociedade extramuros e postas/os em um prédio em ruínas, que abrigava corpos igualmente arruinados. Spivak trabalha dois conceitos que utilizaremos para pensar a/o leprosa/o, a saber: 1) o que é uma/o subalterna/o? e 2) a objeção do intelectual militante e hegemônico. A autora destaca que o/a subalterna/o significa aquela/e pessoa que está em situação de subordinação a outra. Ao aprofundar a análise, a intelectual afirma que pode ser uma pessoa ou grupo (comunidade, classe, malta e/ou população) solapados por tantas camadas sobrepostas de exclusão e de estigmas, que suas vozes são inaudíveis, abafadas ou silenciadas dentro dos valores hegemônicos de caráter eurocêntrico. Ou seja, a/o subalterna/o é a pessoa que está à margem, sem representação política, párias, com a vida segregada da comunidade dos desejáveis, tornando-se sujeitos matáveis, isto é, dispensáveis.

No decorrer desta pesquisa, defendemos que as relações sociais são correlações de força e poder. E, por isso, estão marcadas em nossa sociedade por um movimento antagônico de dominação de um sobre o outro. Neste caso, a dominação que denunciamos está abalizada pelo estigma da doença e, por aí, reproduz-se igualmente uma desigualdade de gênero. Por meio de relatos orais e fontes literárias que versam sobre a instituição até a década de 1970, vemos a violência que permeava o cotidiano intra e extramuros, transformando as/os acometidas/os em sujeitos subalternos. Essa opressão institucional, estatal, lamentavelmente era ainda mais violento e opressivo para os sujeitos subalternos do gênero feminino, cujas vozes eram inauditas.

Diante desse cosmos de violência e de abusos, a irmã Sílvia destaca-se pelo ativismo militante em prol das/os internas/os do asilo colônia, mesmo estando muitas vezes ela própria sobre o jugo do patriarcado e da ordem eclesiástica. Não obstante, a salesiana fez do leprosário São Julião sua morada, ainda que não fosse uma leprosa e assim também foi vítima do preconceito, mais um obstáculo no seu caminho. No São Julião, a religiosa criou uma rede de micropoderes nacionais e internacionais (Brasil, Itália e Alemanha, principalmente) através da Associação de Auxílio e Recuperação dos Hansenianos[3], que financiou as reformas e a reconstrução da instituição. E vivenciou cada trabalho da reforma de maneira coletiva, como: a limpeza do lodo dos esgotos, a limpeza do riacho, levantar parede por parede para a reconstrução dos pavilhões; com enxadas em punhos revitalizou os espaços verdes. Mesmo quando já não era tão jovem,

[3]AARH- Associação que ainda hoje é a principal beneficiadora do Hospital São Julião.

participou ativamente de todo os processos de reestruturação do asilo colônia. E assim promoveu inúmeras mudanças para transformar o antigo leprosário em ruínas em um hospital de acolhimento.

Entretanto, ao decidir residir no hospital São Julião a irmã Sílvia teceu embates exacerbados. Foi denominada pelo Frei Hermano como uma subversiva, mas em realidade podemos identificar uma leve pitada de feminismo ou de sentimentos de uma mulher voluntariosa. De acordo com relatos de Ramos, a "freira mãe" provocou grande falatório ao substituir pouco a pouco as tradicionais vestimentas que a identificava como uma freira salesiana. Por essa e outras, a religiosa foi oprimida e subjugada pelo patriarcado e o poder institucional da Igreja. Conforme Ramos,

> Para a freira mãe, estava ficando complicado trabalhar com roupa de freira. Aquilo era roupa de dar aula, andar nos azulejos decorados, nas escadas de granito e no conforto do colégio. No hospital, era quente, pegava no pescoço e se sujava com qualquer coisa. Aos poucos, foi substituindo as peças. Primeiro tirou os sapatos fechados e calçou sandálias. Depois trocou o hábito por saia jeans e camiseta. Um dia, largou também a saia e vestiu uma calça comprida. Só não tirou o véu. O novo figurino foi aprovado pelo grupo e ela só colocava farda para ir à cidade. Mas o velho padre alemão, metódico como ele só, não suportou ver a freira daquele jeito, mesmo que fosse dentro do hospital. Conversaram, discutiram e ela não lhe deu ouvidos (Ramos, 2011: 190).

A irmã Sílvia teve que se paramentar com vestes mais adequadas para colaborar ou "colocar as mãos na massa" durante a restauração do hospital asilar. A performance eclesiástica recaía sobre o véu, o qual nunca ousou abandonar, seguiu o que diz as escrituras: "toda mulher que ora ou profetiza com a cabeça descoberta, desonra sua cabeça" (I Coríntios 11:3).

Para a filósofa Judith Butler, nossa sociedade compreende a construção da identidade do sujeito semelhante a uma produção textual, ou seja, é preciso ter um padrão teleológico, com começo, meio e fim, e um caráter determinista. Butler discorda dessa forma de pensar e entende que esse processo seja dinâmico, revelado pela forma como o sujeito se expressa no mundo, e a partir disso cunhou o conceito de

performance[4]. Irmã Sílvia, mesmo despida de suas vestes monásticas, obrigatória à época pela ordem Salesiano, manteve o véu em função das implicações simbólicas que o constituí. Portanto, utiliza o véu performaticamente para manter sua identidade religiosa. Ou seja, conservou o véu como performance. Simbolicamente, o véu representa subserviência das mulheres aos homens da comunidade religiosa. Isto é, reflete a inferioridade da mulher em relação aos homens, que não precisam se restringir a orar, ao contrário das mulheres, conforme demonstrado em Coríntios (11:3). Entretanto, Ramos afirma que somente o véu foi insuficiente para preservar sua identidade monacal.

> Quando viu que não estava adiantando, foi queixar-se ao bispo [o padre alemão]. Virou um retetê [sic] na diocese. O fato espalhou-se pelo colégio e pela cidade, porque a freira mãe já tinha uma rede imensa de amigos, seguidores, admiradores e benfeitores. E o *twitter* nem pensava em existir. A pressão da Igreja foi grande e ela teve que voltar, pelo menos à saia. O véu, não tirava, porque dizia que precisava dele: "É meu escudo e melhor argumento, quando tenho que convencer alguém a ajudar o hospital. Quem vai acreditar numa freira sem véu?" (Ramos, 2011: 191).

A exposição desse acontecimento para a instância superiora da ordem eclesiástica e para a população promoveu o descrédito da irmã Silvia perante a sociedade e à ordem religiosa. Por essa razão, nossa análise está pautada na desconstrução e na crítica ao modo como a mulher é percebida. Sua determinação demonstra bem seu caráter obstinado. Apesar de precisar negociar com o patriarcado institucional, que visa governar sua vontade e seu corpo – a ponto de decidir o que se deve vestir –, a religiosa também lida com todos os estigmas e a discriminação social, por conviver com as/os acometidas/os da lepra. Logo, precisava reconstruir e restaurar não apenas prédios, mas também os corpos e as esperanças despedaçadas que ali estavam. E ela foi escutada. Conforme Ramos,

> Quando a freira mãe declarou guerra à doença e ao preconceito, o contato saudável com os comunicantes foram armas poderosas para quebrar os tabus, com a divulgação de normas de prevenção sim, mas acompanhadas por uma educação sanitária prática e consciente e com a desmitificação da hanseníase.

[4]Para Judith Butler, não há identidades que precedam o exercício das normas de gênero, é o exercício mesmo que termina por criar as normas (BUTLER, 2003: 145).

> Na verdade, aquele famoso regulamento sanitário, editado em pleno alvorecer do século vinte, vinha a ser cópia fiel de leis vigentes no tempo medieval, porque a preocupação maior era com que estava fora, e não dentro das colônias (Ramos, 2011: 196).

Na referência acima, voltamos para a questão proposta por Gayatri Spivak, que pensa: "qual o papel da/o intelectual militante e hegemônico?", que um dia ou diante de uma situação sente-se tomado de pertencimento sobre determinada causa da/o Outra/o, e propõe-se a falar sobre a situação de fragilidade e subalternidade de pessoas, grupos. Aqui inserimos a irmã Sílvia, quando resolve viver e morar no asilo colônia São Julião, se identificando e se solidarizando com as/os acometidas/os. Mas a pergunta que fazermos é: a irmã Sílvia tem legitimidade para falar pelas/os acometidas/os? E novamente respondemos: Não. No entanto, enquanto portadora de privilégios, como voz ativa, promoveu ações de cuidado e defesa das/os doentes, abriu espaço de fala para esses sujeitos, tendo cuidado para que não fossem vistos através do estigma.

Ainda que por meio de sua fé católica estivesse cavando um lugar no paraíso ou tentando alcançar as graças divinas, não há dúvidas, porém, que foi por intermédio de suas ações que o antigo leprosário São Julião, abandonado pelo Estado e temido por todos, converteu-se em um hospital-asilar moderno, financiado e mantido pela iniciativa filantrópica. E um lar para muitos ainda nos dias de hoje.

Referências

AHMED, Sara. *The promise of happiness*. Durham and London: Duke University Press, 2010.

AHMED, Sara. *Vivir una vida feminista*. Tradução de María Enguix. Barcelona: Bellaterra, 2018.

BRASIL, Constituição Federal. *Decreto número16.300*, de 31 de dezembro de 1923.

BUTLER, Judith. *"Regulações de gênero"*. In: Traduções da Cultura. Perspectivas crítica feministas (1970-2010). Editora UFSC, 2016.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero*: *feminismo e subversão a identidade*. Tradução Renato Aguiar. Editora: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2017.

CANIATO, Luca. *A história do São Julião de 1941 a 2013*. Contada por Luca Caniato, edição do autor, s/d.

CASTRO, Elizabeth Amorim. *O Leprosário São Roque e a Modernidade*: *uma abordagem da Hanseníase na perspectiva da relação Espaço-Tempo*. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Paraná, 2005.

CUNHA, Vivian da Silva. *O isolamento compulsório em questão – Políticas de combate à lepra no Brasil (1920-1941)*. Dissertação de Mestrado em História das Ciências da Saúde. COC/Fiocruz, 2005.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*. Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

JORNAL DA MANHÃ, 2 de fevereiro de 1931. *Periódico diário da cidade* do Rio de Janeiro.

KILOMBA, Grada. *Plantation Memories*: *Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast Verlag. 2. Auflage, 2010.

PELBART, Peter Pál. *Biopolítica*. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2003.

RAMOS, Lenilde. *História sem nome*: *lembrança de uma menina quase gêmea*. Campo Grande: Ed.: UFMS, 2011.

RELATÓRIO. *Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo*. Revista de Leprologia, vol. 6, 1938.

ROCHA, Diego e ALFEU, Carlos. *Confissões para o Esquecimentos*. Edição do autor: sem data.

SERRES, Juliane Conceição Primon. *"É preciso cuidar da Lepra: políticas sanitárias no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República"*. Boletim da Saúde, v. 17, n. 1, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG (2010 [1985]).

SOUZA-ARAÚJO, Heráclides Cesar de. *História da Lepra no Brasil*: *período Republicano (1890-1952)*. v.3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1956.

VECELLIO, Irmã Silvia; DOBASHI, Beatriz Figueiredo. *História do São Julião*. Campo Grande/MS: Edição do autor, 2016.

VILENA, Kely Cristina Garcia. *História de práticas de saúde no Sanatório São Julião (1941-1986)*. Dissertação de Mestrado em Enfermagem. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 2018.

VILLACHÁ, Lino. *A dor, o amor e a vida na poesia de Lino Villachá*. Edição do autor, s/d.